

SÃO PAULO NO CONTEXTO DO SISTEMA MUNDIAL DE CIDADES

Eduardo Marques e Haroldo Torres

RESUMO

O artigo discute a recente transformação socioeconômica da cidade de São Paulo, dialogando com a literatura internacional sobre a reestruturação dos espaços urbanos e a concentração de atividades de comando da economia mundial nas chamadas "cidades globais". Sustenta que os processos vividos pela metrópole paulista ocorrem em paralelo aos verificados nas cidades mundiais, mas, pelo menos até recentemente, suas dinâmicas têm outra origem e aquele quadro conceitual nem sempre pode ser traduzido para São Paulo de modo direto. As transformações econômicas dos últimos anos, entretanto, podem ter começado a concentrar atividades de comando regionais mais amplas na metrópole paulista.

Palavras-chave: cidade de São Paulo; metrópoles; cidades globais.

SUMMARY

Establishing a dialogue with the international literature on the restructuring of urban spaces and the concentration of economic decisions in the so-called "global cities", this article discusses recent socioeconomic changes occurring in São Paulo. The authors hold that the processes experienced by this metropolis have taken place in a manner parallel to those affecting other cities in the world, but at least until recently, their dynamic derives from a different origin and, thus, the same conceptual framework cannot always be directly applied to São Paulo. Economic transformations taking place in recent years, however, may have contributed to the concentration of activities within São Paulo making it a center commanding over a broader region.

Keywords: São Paulo; metropolitan areas; global cities.

De acordo com a Divisão de População da ONU, em 1995 São Paulo teria alcançado o segundo lugar entre as maiores cidades do mundo em termos populacionais, com 16,4 milhões de habitantes¹. Esse contingente a colocava atrás apenas de Tóquio (26,8 milhões) e na frente de Nova York (16,3 milhões) e da Cidade do México (15,6 milhões) (UNFPA, 1994). Essa população era superior às de países inteiros, como Cuba (11 milhões), Chile (14,2 milhões), Grécia (10,5 milhões) e Zimbábue (11,3 milhões). Apesar do seu porte e importância, porém, pouca informação a respeito da metrópole paulista pode ser encontrada na literatura internacional de estudos urbanos, especialmente entre os autores que discutem as dinâmicas socioespaciais recentes. Na literatura brasileira sobre espaço e cidade, ao contrário, há grande quantidade de informações e análises de qualidade sobre São Paulo,

(1) Em 1996, de acordo com a Contagem Populacional do IBGE, São Paulo atingiu 16,6 milhões de habitantes.

sem no entanto assegurar um diálogo direto e claro com essa literatura internacional, não obstante os inúmeros trabalhos que utilizam conceitos produzidos pela literatura estrangeira, tais como "reestruturação espacial", "pós-fordismo" e "cidades globais".

Esta falta de informações (na literatura estrangeira) e de diálogo conceitual (por parte da literatura nacional) acaba afetando a reflexão nacional e internacional acerca do papel de São Paulo no sistema mundial de cidades. De um lado, graças à sua participação na economia brasileira, alguns analistas tomam como dado apriorístico a importância de São Paulo e lhe atribuem títulos *ad hoc* tais como "centro global periférico" (Friedmann, 1986), enquanto outros simplesmente a ignoram, mesmo quando buscam discutir o sistema de cidades da América Latina e do Caribe (Nijman, 1996). De outro lado, a rica literatura nacional sobre o espaço paulistano parece, com raras exceções, desconhecer o debate internacional, analisando os mesmos objetos empíricos sem mencionar a significativa produção internacional sobre globalização e sistema mundial de cidades (Santos, 1994), enquanto outros autores traçam paralelos entre as transformações brasileiras e as dinâmicas internacionais sem considerar que conteúdos iguais podem ser produzidos por processos inteiramente diferentes (Ribeiro, 1996; Preteceille e Ribeiro, 1999), em especial no período anterior à recente abertura da economia brasileira.

Tentando reduzir essa lacuna, este artigo apresenta informações sobre a dinâmica socioeconômica recente da cidade de São Paulo, dialogando com a literatura internacional. Longe de ser mera questão de nomenclatura ou utilização de conceitos exóticos, trata-se de buscar estabelecer as bases para um debate conceitualmente sólido e bem fundamentado empiricamente a respeito dos novos conteúdos da metrópole paulista e do significado de suas ligações com a economia mundial. Vale dizer que esta tarefa é distinta dos estudos das transformações recentes nos espaços metropolitanos como os de Bógus e Taschner (1999) e Bógus e Ribeiro (1999), assim como da análise, com objetivos normativos, do desenvolvimento de iniciativas de políticas do tipo "planejamento estratégico", como defendido por Castells e Borja (1996) e criticado por Compans (1999), Sanchez (1999) e Vainer (1999). A discussão dessas dinâmicas é relevante, no primeiro caso, em face de transformações intra-urbanas que tendem a alterar significativamente o tecido urbano e, no segundo, em face de planos e projetos estratégicos em algumas cidades brasileiras, como é o caso do projeto de renovação da avenida do Estado, desenvolvido pela prefeitura de Santo André, para não citar Curitiba, paradigma do *city marketing* no país. Entretanto, os profundos processos de transformação na rede que liga as principais cidades do mundo são um fenômeno concreto, diverso dos seus possíveis rebatimentos espaciais e das posturas que possam ser assumidas pelas administrações locais, trazendo consequências importantes para as cidades envolvidas e suas populações. A sua compreensão e apropriado enquadramento conceitual representam a tarefa analítica para a qual o presente artigo pretende contribuir.

Iniciamos nossa discussão por uma rápida apresentação da literatura internacional sobre as recentes transformações socioeconômicas das grandes cidades e pela análise do papel atribuído pela literatura a cidades como São Paulo naquele sistema. Em seguida, exploramos informações sobre as dinâmicas recentes observadas em São Paulo, com especial atenção aos processos ocorridos na segunda metade da década de 1990. Ao final, discutimos os processos e as perspectivas que a abertura da economia brasileira tem colocado para a cidade, e até que ponto é de se esperar que esta concentre funções de comando regionais ou mundiais mais amplas.

Globalização e cidades globais: o debate internacional

Desde o início dos anos 1960 a economia e a sociedade mundiais têm sofrido transformações de grande magnitude. Em contextos muito diferentes, a palavra "globalização" tem sido usada em relação a uma grande variedade de processos, desde mudanças culturais até transformações econômicas e políticas. Em quase todas as dimensões da vida social essas mudanças trouxeram de volta a sensação da velocidade e da fluidez que caracterizara, no século XIX, a constituição de um novo mundo no qual, para retomar a célebre expressão de Marx e Engels, "tudo o que é sólido desmancha no ar".

A "nova era" parece ser caracterizada pelo fortalecimento de culturas locais e etnicidades na construção de um mosaico global. Ao mesmo tempo, a cultura global é cada vez mais influente e hegemônica sobre aquelas formas de vida localizadas. Diferenciação e homogeneização parecem ser faces diferentes das mesmas transformações culturais em curso, como destacado por Featherstone (1990).

A geografia de poder estruturada durante a Guerra Fria também se desmanchou no ar, não apenas mudando as relações entre países, mas também alargando o conjunto de alternativas presentes para regiões inteiras (Carnoy e outros, 1994). Com a quebra do alinhamento automático das relações internacionais, as ciências sociais foram libertadas das estreitas posições ideológicas dos anos 1970, sendo os anos 1980 marcados pelo diálogo e convergência entre paradigmas e disciplinas (Giddens, 1984; White, 1992).

Ao mesmo tempo, a geografia e a economia de cada lugar no planeta parecem estar mais atadas do que nunca aos fluxos internacionais de pessoas, dinheiro e mercadorias. Sob as revoluções dos computadores e da informática, entre outras, o mundo das empresas também mudou, redefinindo a organização do chão-da-fábrica, a composição da força de trabalho, os padrões de relação entre e intra empresas, assim como as estratégias de *marketing* e localização. Esses processos são analisados por uma vasta literatura (Reich, 1992; Piccioto, 1991; Leborgne e Lipietz, 1990; Graham e Simon, 1996).

Nesta realidade ainda em construção, Estados nacionais perdem parte de seu poder com a crescente mobilidade de empresas, fábricas e especialmente ativos financeiros. Entretanto, longe de estar morrendo, os Estados se diversificam, para utilizar a feliz expressão cunhada por Mann (1993). Novos blocos regionais estão sob construção, e ao menos três deles estão consolidados: a Europa e sua recentemente produzida periferia do Leste, o Leste e Sudoeste da Ásia e a América do Norte. Na América do Sul, o Mercosul está sendo estruturado, apesar da incerteza sobre o seu futuro.

Esses processos e tendências têm sido objeto de intenso estudo pelas ciências sociais. Desde Wallerstein (1979) discute-se a idéia de que as diferentes economias nacionais estão se conectando cada vez mais, formando uma economia-mundo. Trabalhos como os de Arrighi (1994), Chase-Dunn (1985), Abu-Lughod (1989) e Wallerstein (1995) têm avançado a argumentação, analisando a emergência histórica dessa economia-mundo e enfatizando a continuidade e os aspectos de longo curso do processo de globalização. Outros autores, como Castells (1989 e 1996) e Sassen (1991 e 1994), têm observado os padrões recentes de mudança, as características da nova sociedade em formação e especialmente os fluxos de informação nessa nova "ordem". Embora assumindo que esta nova sociedade nasce do interior da sociedade capitalista dos anos 1960 e 1970, essa corrente tem focado principalmente a ruptura com os antigos padrões de vida social e de atividade econômica.

Em um nível menos sistêmico, extensa literatura tem analisado as transformações nos padrões espaciais de distribuição de atividades econômicas e grupos sociais tanto em âmbito nacional como internacional (Benko e Lipietz, 1992; Markusen, Hall e Glasmeier, 1986), demonstrando como as novas formas de organização da produção e as novas tecnologias têm promovido uma migração de atividades de regiões tradicionalmente industriais para novas áreas, sendo o exemplo paradigmático o deslocamento da indústria do Nordeste dos Estados Unidos (*frostbelt*) para o Sudoeste (*sunbelt*). De forma complementar, estudos como o de Graham e Marvin (1996) analisaram o impacto das transformações nas telecomunicações no mundo dos negócios e na constituição dessa nova ordem territorial.

Diversos trabalhos têm tentado analisar a vida e a cultura urbanas da nova ordem. Esse grupo de estudos inclui análises gerais sobre algumas cidades (Davis, 1993) assim como investigações sobre aspectos particulares de espaços específicos (Sorkin, 1992; Soja, 1987, 1992a e 1996; Judd, 1995; Davis, 1992). O tema principal desses autores, mesmo que algumas vezes não explícito, é a mudança da vida urbana, a destruição dos espaços públicos e a emergência de novas formas de sociabilidade. Nessas análises, os autores têm encontrado padrões inusitados de "gentrificação" e segregação socioespaciais, juntamente com a reprodução artificial da vida urbana em espaços privatizados isolados e controlados, como os condomínios fechados, os *shopping centers* e parques temáticos.

Outros autores que também têm analisado a vida urbana e a segregação enfocam as novas formas de pobreza e novos tipos de guetos

urbanos que estariam surgindo nas mais importantes cidades do sistema mundial². Há forte polêmica sobre o argumento de Wilson (1990) de que esta nova pobreza estaria associada à formação de uma subclasse — com marcadas características étnicas — nas maiores cidades norte-americanas. Autores como Massey e Denton (1993) e Bullard e outros (1994) discordam do argumento de Wilson, mas todos parecem observar a elevação do nível de pobreza e de segregação racial e étnica, com uma redução das possibilidades de mobilidade social e uma cristalização dessas condições em áreas específicas e muito segregadas das cidades.

Em uma linha diferente de análise, outros autores têm focado a produção do espaço e os processos de decisão das políticas estatais nas mais importantes cidades do mundo. Fainstein (1994) e Fitch (1993), entre outros, analisaram a incorporação e a produção imobiliárias das áreas centrais de cidades como Nova York e Londres, destacando o papel e as estratégias da indústria imobiliária em tais iniciativas. Em uma abordagem até certo ponto próxima, Mollenkopf (1983 e 1992) e Smith (1988) analisaram a produção daqueles espaços, embora com ênfase nos aspectos políticos das coalizões pró-crescimento dos anos 1970 e das iniciativas de renovação urbana dos anos 1980.

De especial interesse para este artigo são as análises que, de modo mais sistêmico, têm usado a idéia do sistema mundial para explorar a existência de uma rede de cidades através da qual os mais importantes fluxos de informação, capital e recursos estariam circulando. As mais importantes decisões da economia mundial estariam sendo tomadas nesses lugares especiais, denominados "cidades globais"³.

Este debate começou há mais de dez anos, com o artigo fundador de Friedman (1986), e tem continuado por meio de uma série de análises sobre a rede global de cidades. A primeira geração de estudos, que inclui os de Sassen (1987 e 199D, Mollenkopf e Castells (1991) e Abu-Lughod (1995), enfocou principalmente os aspectos e características das mais importantes cidades daquela rede. Tais análises mostraram que estes centros são caracterizados pela localização das sedes de grandes empresas multinacionais e por uma presença desproporcional de serviços, graças não apenas ao aumento destas atividades, mas também ao decréscimo de atividades e empregos industriais. Esses serviços seriam não apenas orientados ao consumidor, mas também ao auxílio a atividades de negócios, constituindo um crescente setor de "serviços produtivos". Essa forma específica de terciário incluiria com especial destaque empresas de finanças, companhias de seguros, a indústria imobiliária, empresas de advocacia, *marketing* e informática. A hipótese central é que essas cidades ofereceriam condições especiais para atividades de comando de negócios. As inovações das telecomunicações e dos computadores teriam criado condições para que as empresas espalhassem suas redes e cadeias de produção por territórios tão vastos como o planeta, como Reich (1992) mostrou com muitos exemplos. Certas atividades de negócios, entretanto, continuariam necessitando da proximidade entre empresas, enquanto outras teriam fortes externalidades

(2) De acordo com a Sociedade de Serviços de Nova York, 1/6 dos habitantes da cidade viviam, em 1995, em pobreza extrema, o que significava manter uma família de quatro pessoas com US\$ 10.750 ou menos por ano. Mais que 100.000 dos empobrecidos não tinham lugar algum para morar e cerca de 7.300 famílias estavam em abrigos no estado, das quais 5.700 na cidade de Nova York. A cidade também abrigava mais de 6.800 adultos sozinhos, mais do que 90% dos sem-teto (cf. *The Economist*, 22/04/95, p. 26).

(3) Esta categoria é a terceira de uma família que inclui "megacidades" e "cidades mundiais". A primeira se refere ao tamanho da população de acordo com a classificação da ONU das cidades com mais de 8 milhões de habitantes. A segunda é menos precisa, embora seja utilizada em alguns casos como um equivalente de "cidade global" (Feagin e Smith, 1987).

espaciais. Nesses casos, as cidades globais seriam as preferidas para a localização, o que as levaria a posições e papéis de comando na economia mundial.

Esta literatura também mostrou uma crescente dicotomia no interior da força de trabalho, com crescimento da proporção de postos de trabalho de alta especialização e de baixa qualificação e forte perda para as posições intermediárias. A estrutura de rendimentos também teria se tornado mais polarizada e concentrada, com aumento dos contingentes nos estratos extremos e decréscimo no intermediário. De acordo com esta literatura, a economia cotidiana das grandes cidades estaria cada vez mais dependente do consumo dos profissionais de alto nível empregados nos serviços produtivos e nas atividades de comando de negócios. Os novos padrões e espaços residenciais das partes centrais das cidades seriam também produzidos para o consumo daqueles profissionais e estariam sendo reinventados pela indústria imobiliária ou por empresas semipúblicas, criadas a partir de novas coalizões políticas que a transformação econômica e social das metrópoles engendraria.

A descrição das características básicas do fenômeno, assim como o *status* central de cidades globais atribuído a Nova York, Londres e Tóquio, são quase um consenso entre os autores desta literatura. Entretanto, a discordância aumenta quando a análise diz respeito ao papel de outras grandes cidades neste sistema mundial. Detalhamos tal argumento a seguir.

Cidades globais de segunda ordem: algumas considerações metodológicas

De fato, esta literatura tem tentado encontrar e caracterizar outras possíveis cidades globais, assim como determinar os elos que as ligam àquela rede. Nesta segunda geração de estudos poderíamos incluir Friedmann (1995), Sassen (1994), Knox e Taylor (1995), Smith e Timberlake (1995), Portes e Stepick (1993), Shatkin (1998) e Godfrey e Zhou (1999).

A idéia de cidades globais de segunda ordem não é nova, estando presente nos primeiros estudos sobre cidades globais, como o artigo fundador de Friedmann (1986)⁴. Entretanto, somente agora um número substancial de estudos começa a aparecer. Este novo conjunto de trabalhos já parte de questões bem-definidas e de uma boa compreensão sobre a natureza dos processos de transformação que têm ocorrido nas cidades globais de primeira ordem. Vários dos artigos incluídos em Knox e Taylor (1995), por exemplo, analisam o tema: Grasfoguel (1995) estudou as cidades do Caribe e suas relações com Miami, Simon (1995) analisou as cidades africanas ao sul do Saara, Todd (1995) investigou Toronto. Shatkin (1998), por sua vez, analisou as características e conexões de Phnom Penh

(4) Estas seriam mais parecidas com centros regionais, ligados às cidades globais de primeira ordem por fluxos de diversas naturezas. Os principais fluxos mundiais, entretanto, passariam por aquelas cidades até alcançar as de segunda ordem, caracterizadas por fluxos nacionais e regionais.

com a economia mundial. Outras análises enfocaram o sistema de cidades dos Estados Unidos e suas relações com as cidades globais daquele país (Warf e Erickson, 1996). Seguindo outra linha de análise, Keeling (1995) e Smith e Timberlake (1995) exploraram as relações entre cidades usando dados sobre transportes e fluxo de passageiros.

Neste esforço, algumas importantes dificuldades metodológicas têm surgido. Vale a pena discuti-las mais detidamente, já que está presente o conhecido risco de se impor um modelo geral a casos particulares, não necessariamente adaptáveis àquele. No plano empírico, por exemplo, é sempre difícil separar os processos causados por forças locais daqueles realmente causados pelas recentes transformações globais. A história, os atores, as configurações espaciais e as instituições de cada lugar específico permeiam ambos os processos⁵. Embora importante, esta não era uma questão muito significativa no estudo das cidades globais de primeira ordem, pois suas ligações ao sistema mundial são muito evidentes e seus processos locais, por decorrência, são praticamente globais. No caso das cidades globais de segunda ordem, a necessidade de considerar os processos locais e a história da produção e transformação de cada lugar está muito mais presente.

Há duas formas analíticas de tratar a questão. Na primeira, define-se um certo conjunto de atributos das cidades globais — desindustrialização, localização de sedes de empresas multinacionais, aumento de serviços produtivos e mercados financeiros, concentração de atividades de comando de negócios etc. — e checka-se se estão ou não presentes em uma cidade específica. Podemos chamar esse procedimento de "análise dos atributos" (Emirbayer, 1996). Não é difícil defender, por exemplo, que uma cidade muito importante como Nova York é global se conseguimos demonstrar que lá se concentra parte significativa do fluxo financeiro mundial — a atividade econômica fundamental na economia global dos anos 1990. Também não é difícil sustentar a força de uma certa cidade demonstrando uma concentração especial de atividades de comando de negócios. Este procedimento ao mesmo tempo determina o papel da cidade na rede mundial e soluciona o problema de se impor processos globais a lugares específicos, já que ao descrever os processos locais se está simultaneamente descrevendo a produção dos atributos e a formação dos vínculos com o sistema mundial. No entanto, este método cria a dificuldade de demonstrar os momentos de ruptura histórica, de definir quando e onde acaba o velho e começa o novo⁶.

A aplicação da análise de atributos se torna muito mais difícil com as cidades globais de segunda ordem. Estas não apenas não concentram uma parte tão significativa do poder financeiro mundial, como suas atividades de comando e ligações com os fluxos globais são mais reduzidas. O que as torna globais é o seu papel de "porteiros" ou "intermediadores" na rede mundial de cidades, conectando regiões inteiras aos centros mundiais de comando de negócios (que por sua vez se conectam entre si e com as demais cidades de segunda ordem). Consequentemente, o estudo das

(5) "Apesar de ser plausível que as funções características das cidades globais sejam acompanhadas pelas mudanças globais (localização de sedes de grandes empresas, papel de destaque no setor e nos serviços produtivos etc.), essas condições podem surgir onde funções de cidade global estão ausentes. Tais condições podem ocorrer em cidades com funções nacionais em vez de globais ou em cidades que estão participando do processo de globalização mas não têm funções poderosas de comando" (Nijman, 1996, p. 7).

(6) A crítica que autores como Logan (1997) fazem ao trabalho de Sassen (1991) está exatamente nesta dificuldade. Para Logan, Nova York já era global há muito tempo, pelo menos desde o início do século.

cidades de segunda ordem deve enfatizar suas ligações com aquela rede, o que faz da análise de redes a forma mais conveniente de investigá-las. Chamamos esta segunda forma de tratar o problema de "análise relacional". Ela mostra que uma cidade específica está conectada com os principais nós da rede de cidades por meio de fluxos de pessoas, recursos e informação. Embora este método na maior parte das vezes descreva fluxos, representa mais do que isso, incluindo também o estudo das posições e da estrutura do sistema mundial de cidades.

O problema com esta segunda forma de abordar a questão está na dificuldade de obter informações empíricas que indiquem que certa cidade seja um nó importante na rede mundial. Este tipo de dado está disponível para o primeiro grupo de cidades globais, assim como para outros centros importantes em países do Primeiro Mundo, como Miami e Frankfurt, mas nem sempre o está para cidades como São Paulo, Buenos Aires e Cidade do México⁷. Esta é talvez uma das explicações para a falta de estudos sobre as relações dessas cidades com as cidades globais, particularmente no caso brasileiro. Como consequência, embora alguns estudos internacionais incluam as grandes cidades latino-americanas como parte da rede global (cf. Friedman, 1995), a maioria dos autores não tem sido capaz de coletar evidências (algumas presentes na literatura brasileira) que permitam conectar de forma empiricamente consistente as dinâmicas globais com as transformações em curso nestas cidades.

(7) No caso de São Paulo, dispomos quase que somente de informações para realizar análises de atributos.

As cidades brasileiras no sistema global de cidades

As cidades brasileiras foram mencionadas pela primeira vez nesta literatura por Friedman (1986), que incluiu São Paulo e Rio de Janeiro na lista de cidades globais, sendo a primeira denominada "centro global periférico" e a segunda "centro global periférico de segunda ordem". Em artigo de 1995, o autor voltou a incluir São Paulo com a denominação "importante articulação internacional"⁸, mas o Rio de Janeiro não foi incluído. Para ele, o Rio de Janeiro perdeu *status* global em razão de sua longa crise econômica, em curso ao menos desde o final dos anos 1960. Ambas as listas foram construídas a partir de informações baseadas em atributos, e a sua consolidação seguiu a análise do autor.

Vale destacar o trabalho recente de Godfrey e Zhou (1999), que avança em relação às tentativas anteriores de construir listas de cidades a partir de um único critério, introduzindo informações referentes à localização da segunda sede das principais empresas multinacionais. A localização de sedes é uma informação bastante explorada pela literatura, mas quando se utiliza a sede principal da empresa a importância das principais cidades dos países centrais tende a ser aumentada, enquanto a de cidades de países periféricos tende a ser extremamente reduzida. Para escapar de tal problema, os autores incluíram em sua lista as sedes do primeiro nível

(8) Este é o terceiro agrupamento — após "articulações financeiras globais" e "articulações multinacionais" —, no qual, além de São Paulo, Friedman incluiu Paris, Zurique, Madri, Cidade do México, Seul e Sydney.

de subsidiárias das multinacionais, o que levou a uma completa alteração da lista de cidades mais importantes no comando do mundo dos negócios. São Paulo passou então para o 11º lugar, muito à frente das demais cidades sul-americanas (Buenos Aires era a mais próxima, em 23º lugar), destacando-se sua importância como sede de comando regional de negócios. As mais importantes cidades do Terceiro Mundo seriam Hong Kong (4ª), Cingapura (5ª), Cidade do México (8ª) e Seul (10ª). O artigo indica uma significativa centralidade de cidades localizadas em países do Terceiro Mundo na rede mundial, ao contrário do que comumente considera a literatura internacional⁹.

Smith e Timberlake (1995) desenvolveram uma engenhosa utilização da análise de redes para estudar os fluxos de transporte de passageiros. Na tentativa de mapear a rede global de cidades, seguiram a linha de estudos sobre a "economia-mundo" utilizando análise de redes (Smith e White, 1992; Kim e Barnett, 1996). Naquele estudo, em razão do tamanho e do padrão de seus fluxos de passageiros, São Paulo aparece caracterizada por um padrão similar ao encontrado em Seattle, no sétimo e menos conectado agrupamento dentre 23 das trinta cidades da lista original de Friedman (1986). O artigo apresenta importantes limitações metodológicas, já que é impossível separar fluxos turísticos de fluxos de negócios. Além disso, a localização geográfica de uma cidade e sua distância em relação às mais importantes cidades globais obviamente alteram os fluxos de passageiros. Esta parece ser uma forma muito promissora de abordar o problema, assim como de mapear as cidades de forma relacional, embora demande informações que permitam capturar a complexidade dos vínculos entre cidades.

A literatura internacional também carece de descrições simples das transformações ocorridas nas cidades brasileiras recentemente. Dentre os poucos estudos existentes destacamos o de Ribeiro e Lago (1995), que descreve o padrão de transformação das regiões metropolitanas como marcado pela disseminação da pobreza no tecido urbano e por novos processos de auto-segregação das classes médias. Os autores sustentam que esses processos foram produzidos não apenas pela crise econômica nas cidades brasileiras, mas também por transformações nos próprios processos de produção do ambiente construído. Confirmando esses argumentos sobre as novas formas de mobilidade e sociabilidade das metrópoles brasileiras, Caldeira (1996) descreveu o novo padrão de segregação social e espacial em São Paulo. Seu artigo dialoga fortemente com estudos como os de Sorkin (1992) e Davis (1992), mostrando a crescente produção de "enclaves fortificados" em um tecido urbano mais diversificado e fragmentado, no qual as distâncias espaciais entre ricos e pobres diminuíam, a discriminação aumenta e a interação social praticamente desaparece. Já Lavinias e Nabuco (1995) estudaram as transformações nos mercados de trabalho em algumas das mais importantes cidades brasileiras, mostrando que apesar do aumento da informalização e da terceirização há importantes diferenças regionais no mundo do trabalho relacionadas às

(9) É necessário acrescentar que isso nada nos informa sobre a adequação das decisões estratégicas das empresas aos interesses nacionais dos países onde essas sedes se localizam.

características das atividades industriais e ao conjunto de estratégias de sobrevivência disponíveis localmente. Estes argumentos são complementares aos da análise de Rocha (1995) sobre a dinâmica da pobreza na década de 1980, na qual se sustenta que os efeitos de longo prazo dos ciclos de *stop-and-go* pelos quais passou a economia brasileira na década foram neutros sobre a pobreza se se considerar apenas os níveis de renda. Se o mercado de trabalho for levado em conta, entretanto, o balanço da década é significativamente negativo. Por fim, Diniz (1994) discutiu a transformação da localização da indústria brasileira e sua "desconcentração concentrada", ainda em torno da cidade de São Paulo, mas alcançando distâncias maiores.

Embora todos estes autores possam ter tido em mente as questões levantadas pela literatura, nenhum deles buscou relacionar os processos estudados às dinâmicas globais. Como já afirmamos, este relativo silêncio pode ser atribuído à insuficiência de dados para responder às questões de forma relacional. Aceitando esta limitação, descreveremos as transformações em curso em São Paulo tendo como referência os processos globais descritos pela literatura internacional e lançando mão de informações de atributos e, sempre que possível, relacionais.

São Paulo e o contexto das transformações recentes

Migração e crescimento demográfico

A informação mais geral sobre as grandes cidades dos países periféricos encontrada no debate internacional diz respeito a seu porte e grau de centralidade na rede urbana local. No que se refere ao Brasil, o tema envolve alguns dos equívocos presentes naquela literatura, já que os autores estrangeiros via de regra desconhecem a baixa primazia urbana brasileira, assim como os processos de transformação nas dinâmicas demográfica e migratória recentes. Observemos essas dinâmicas de forma sucinta.

O grau de urbanização no Brasil é bastante elevado: em 1996, 78% da população total vivia em cidades e 47% desta população urbana em cidades de mais de um milhão de habitantes. Apesar desta concentração populacional em grandes cidades — e embora São Paulo e Rio de Janeiro estejam entre as quinze maiores do mundo —, a primazia urbana não é tão acentuada como em outros países latino-americanos. Em 1996, São Paulo tinha 16,6 milhões de habitantes, o que correspondia a 10,5% da população nacional, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo juntas respondiam por 17% (*tabela 1*). Em 1993, a Cidade do México concentrava 24% da população mexicana, enquanto Buenos Aires respondia por 36% dos habitantes da Argentina (UNFPA, 1994).

Tabela 1

Evolução populacional e taxas de crescimento
Brasil e Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo
1970-1996

Brasil e regiões	População (em milhares)				Taxas de crescimento a.a. (%)		
	1970	1980	1991	1996	1970/80	1980/91	1991/96
RM do Rio de Janeiro	7.081	9.014	9.815	10.160	2,4	0,8	0,7
RM de São Paulo	8.140	12.589	15.369	16.562	4,5	1,8	1,5
População urbana/Brasil	52.085	80.436	110.991	123.082	4,4	3,0	2,1
População total/Brasil	93.139	119.003	146.825	157.080	2,5	1,9	1,4

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem Populacional de 1996).

É verdade que, até recentemente, ocorreu um importante processo de concentração da população nas cidades mais importantes. Durante a década de 1970, por exemplo, a população da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) cresceu à impressionante taxa de 4,5% ao ano, enquanto a população nacional cresceu a 2,5% ao ano (*tabela 1*). Com esse ritmo, a RMSP alcançou 10,6% da população brasileira em 1980. Considerando a participação crescente de São Paulo na população urbana, alguns autores afirmaram que o país estava experimentando um vigoroso processo de urbanização e destacaram um movimento de concentração crescente da população urbana em regiões metropolitanas, particularmente em São Paulo. Esse movimento foi chamado de "metropolização" (Martine, 1987).

Essa metropolização foi explicada pela ocorrência de fluxos migratórios derivados não apenas da criação de novos empregos industriais de forma concentrada na grande metrópole, mas também pela melhor qualidade dos serviços sociais, tais como saúde, educação e saneamento básico (Santos, 1993). Nas décadas seguintes, porém, a idéia de metropolização se tornou problemática. Nos anos 1980 as principais áreas metropolitanas passaram a crescer a taxas mais modestas. Enquanto a população urbana total cresceu a 3,0% ao ano, a RMSP cresceu a 1,8%. Entre 1991 e 1996 essa queda de ritmo de crescimento continuou: a população urbana cresceu a 2,1% ao ano e a RMSP a 1,5%. Como consequência, a participação da RMSP na população urbana brasileira caiu de 15,7% em 1980 para 13,5% em 1996. Inúmeros fatores teriam contribuído para desacelerar o ritmo da urbanização e para a suspensão do processo de metropolização, entre os quais podemos destacar a queda da fecundidade — não apenas na RMSP, mas também no país —, a desconcentração industrial e a grave crise econômica dos anos 1980 e 1990 (Martine, 1992; Pacheco, 1992; Diniz, 1994).

Do ponto de vista do debate internacional, é verdade que cidades como Nova York e Londres deixaram de apresentar crescimento demográ-

fico desde os anos 1960, passando a experimentar um processo de "troca de população", com a entrada de migrantes oriundos de países do Terceiro Mundo e a saída de operários especializados (*blue collars*) e de famílias de classe média (Harris, 1992)¹⁰. No entanto, é improvável que a desaceleração do crescimento da RMSP possa ser facilmente interpretada por analogia com esses centros, uma vez que a queda da fecundidade já tinha ocorrido há muitas décadas nesses países e a sua dinâmica migratória apresenta características diversas. De todo modo, observa-se uma importante característica comum a todos esses locais, relacionada com a marcada presença da migração internacional.

(10) A dinâmica demográfica de Los Angeles é destoante dos processos de Nova York e Londres porque lá vinha se registrando crescimento demográfico significativo até recentemente (Soja, 1992b).

*Atividade econômica*¹¹

A análise da dinâmica demográfica nas grandes cidades brasileiras é complementada por informações sobre a concentração das atividades e do emprego industriais. Embora nesse caso a concentração na RMSP tenha realmente alcançado patamares muito altos, é sempre necessário destacar o processo de desconcentração ocorrido nas últimas décadas, assim como as alterações observadas mais recentemente no mercado de trabalho, com a elevação do desemprego e a disseminação dos vínculos precários. Como já vimos, esses atributos apresentam grande importância na caracterização das cidades globais pela literatura internacional, e portanto merecem discussão detalhada.

(11) As informações apresentadas nesta seção são principalmente originárias de Torres, 1999.

Tabela 2
Distribuição regional da produção industrial
Brasil e regiões selecionadas
1970-1990

Brasil e regiões selecionadas	Em porcentagem				
	Distribuição da produção industrial				
	1970	1975	1980	1985	1990
RMSP	43,4	38,8	33,0	29,4	26,3
Interior do estado de São Paulo	14,8	17,1	20,4	22,5	23,0
Estado do Rio de Janeiro	15,5	13,5	10,6	9,5	9,9
Estado de Minas Gerais	6,5	6,7	7,7	8,3	8,8
Região Sul	12,0	14,8	15,8	16,7	17,4
Outras regiões	7,8	9,1	12,5	13,6	14,6
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (Censos Industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985); Negri e Pacheco, 1994 (para 1990).

No início dos anos 1970 a RMSP era a mais importante área industrial do país, respondendo por 43,4% da produção industrial brasileira. Entretanto, entre 1970 e 1990 a participação da região caiu 17,1 pontos percentuais. De todo modo, em 1990 São Paulo ainda respondia por mais de um quarto da produção industrial (26,3%). O interior do estado de São Paulo parece ter sido a região mais beneficiada pela perda de participação da RMSP na produção industrial (*tabela 2*). Na literatura brasileira, esse processo tem sido denominado como "desconcentração industrial" (Azzoni, 1985).

Aparentemente, essa desconcentração teria perdido ímpeto entre 1985 e 1993, sobretudo em virtude da crise econômica, que desestimulou novas iniciativas de investimento, principal motor da desconcentração industrial no Brasil (Diniz e Crocco, 1995). No período posterior ao Plano Real a desconcentração industrial parece ter retomado seu ímpeto, em face de um novo ciclo de investimentos.

Como se trata de uma experiência bastante recente, a avaliação a respeito do porte, intensidade e localização destes novos investimentos só pode ser realizada a partir de informações fragmentadas, colhidas na imprensa e junto a entidades de classe. Um dos raros trabalhos que buscou sistematizar este tipo de informação é o de Rodrigues (1998), que pesquisou as intenções de investimento anunciadas em 1996 e 1997. O montante de investimentos industriais anunciados em 1996 para o período de 1997 a 2002 atingia a cifra de US\$ 55 bilhões. É difícil avaliar até que ponto estas intenções se concretizaram ou vão se concretizar, principalmente no contexto turbulento da economia brasileira do período 1998-99. Segundo a autora, os destaques em termos de intenção de investimento se concentravam nas indústrias de bens duráveis e de bens intermediários, com 27,8% e 49,3% do total de recursos, respectivamente. De certa forma, apesar da precariedade desta fonte de dados, a intenção de investimentos na indústria de bens intermediários parece ter bastante sentido analítico, pois trata-se de indústrias predominantemente de capital nacional, recém-privatizadas e que encontraram nos últimos anos um contexto de significativo aumento da demanda interna, decorrente sobretudo do aumento da produção de bens de consumo duráveis. Estudos do BNDES mostram que ocorreram significativos aumentos das importações neste segmento e um considerável estreitamento da capacidade ociosa, apontando para o esgotamento da capacidade produtiva nacional, particularmente no caso da indústria química (Andrade e outros, 1997; Andrade, Cunha e Vieira, 1998; Montenegro e Monteiro Filha, 1997; Macedo e outros, 1998). A indústria de bens intermediários tem apresentado significativa tendência a desconcentração industrial desde os anos 1970, e investimentos adicionais nessa área tenderão a aprofundar esta dinâmica.

A avaliação do padrão espacial das intenções de investimento a partir dos dados colhidos por Rodrigues é ainda mais precária. Esses dados apontam para as maiores intenções de investimento nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Ceará, afetadas em parte pela adoção de políticas ativas de guerra fiscal entre os estados. A classificação do investimento por

regiões envolve tanto os investimentos industriais quanto aqueles em infraestrutura, comércio e serviços. São Paulo, em 1997, por exemplo, apresentava as maiores intenções de investimento (US\$ 8,3 bilhões), com destaque para os setores de transportes e de serviços. Assim, apesar do destaque da RMSP no investimento total, parece ter havido uma nítida desconcentração da indústria de transformação: a química, por exemplo, teria seus novos investimentos direcionados principalmente para Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (Paulínia); a siderúrgica, para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul; e a indústria de papel e celulose, para Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (Rodrigues, 1998). As novas plantas da indústria automobilística estariam se localizando principalmente no Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e interior de São Paulo. Vale a pena detalhar a dinâmica de inversões neste setor, em razão de sua importância histórica para o mercado de trabalho da RMSP.

A indústria automobilística foi a principal responsável pelo crescimento que a indústria de transformação apresentou nos anos 1990, mais do que duplicando sua produção ao longo da década. Em 1991 observou-se uma produção total de 960 mil veículos, enquanto em 1997 esta produção atingiu quase 2,1 milhões de unidades¹². Nesse período verificaram-se também algum crescimento das exportações e um forte crescimento das importações, o que era praticamente inimaginável no início da década.

O salto observado na produção e nas vendas automobilísticas pode ser explicado por uma série de fatores convergentes, entre os quais podemos destacar os seguintes: a política de câmaras setoriais surgida a partir de 1992, que contribuiu para a redução do preço final do produto e a valorização dos modelos populares; o advento do Mercosul, que induziu à adoção de estratégias de ação regional por parte das montadoras (especialização em modelos populares no Brasil e em modelos médios na Argentina); o Plano Real, que gerou aumento expressivo da demanda a partir de 1994, principalmente com o restabelecimento de mecanismos de crédito ao consumidor; e, por fim, o novo regime automotivo, que taxou significativamente a importação por parte das montadoras que não tinham fábricas no país ou que não exportavam a partir do Brasil, além de reduzir a taxa sobre a importação de componentes e o coeficiente de nacionalização dos veículos (Santos, 1998; Santos e Pinhão, 1997).

Como consequência, assistiu-se a um notável novo ciclo de investimentos no setor, com a instalação de várias novas plantas e a atração de empresas internacionais até então ausentes no mercado brasileiro. Depois de 1996 já foram construídas doze novas fábricas, com um investimento total de US\$ 4,3 bilhões e uma capacidade instalada adicional de 490 mil novas unidades por ano (*tabela 3*), a qual correspondeu a um volume de produção potencial de aproximadamente 25% da produção em 1997¹³.

Está também prevista ou em execução a construção de mais onze plantas, num volume de investimentos total da ordem de US\$ 4,2 bilhões (*tabela 3*). Parte deste investimento já está sendo concretizada, mas seria temerário afirmar que todos esses projetos serão concluídos nos próximos

(12) Dados preliminares indicam uma queda na produção e vendas em 1988, apontando para algo como 1,6 milhão de unidades produzidas. Ver, por exemplo, revista *América Econômica*, 22/10/98, pp. 28-33.

(13) Estes dados referem-se apenas aos investimentos efetuados em novas plantas. Os investimentos ocorridos ou previstos para as plantas já existentes não foram computados para fins desta análise. Isto permite supor que o investimento global da indústria automobilística no Brasil estaria sendo mais significativo do que o apresentado na *tabela 3*.

anos, como comprovam os conflitos entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e a Ford em torno dos incentivos concedidos pela administração anterior à implantação da unidade de Guaíba, que acabaram resultando na implantação da fábrica na Bahia após a concessão de substanciais incentivos fiscais. De fato, independentemente da confiabilidade dos dados de intenção de investimento, a dúvida quanto à continuidade destes projetos é bastante razoável em face da recente crise cambial e das projeções de crescimento negativo para o ano de 1999.

Um dos aspectos mais relevantes deste novo ciclo de investimentos tem a ver com o padrão espacial bastante desconcentrado das novas plantas automobilísticas no Brasil. Até recentemente, à exceção da Fiat em Betim (MG), quase toda a produção brasileira estava localizada na RMSP e no Vale do Paraíba, em São Paulo. Nesta nova fase, dos US\$ 4,3 bilhões já investidos, apenas 3,5% se destinaram à RMSP (a fábrica da Land Rover) e apenas 16,6% ao estado de São Paulo (Land Rover, Honda, Toyota e Volkswagen). Os maiores beneficiários de novos investimentos foram os estados do Paraná, com 47,7% (Chrysler, Renault e Volkswagen/Audi), e Minas Gerais, com 24,5% (Fiat e Mercedes-Benz). Caso os investimentos previstos venham a se concretizar, o Rio Grande do Sul receberá os investimentos mais importantes, ao lado do Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Esses dados indicam que o processo de desconcentração industrial está se fortalecendo de forma decisiva, ao menos no caso da indústria automobilística. Isto será tanto mais verdade quanto mais as novas montadoras atraírem indústrias de autopeças e outros fornecedores para suas imediações. Novos processos de gestão empresarial, como o *just-in-time* por exemplo, requerem grande proximidade entre fornecedores e fabricantes, de modo a assegurar a minimização dos estoques e a agilização das entregas¹⁴.

Em síntese, toda a evidência disponível aponta para a continuidade do processo de desconcentração industrial, que parece ter atingido um novo patamar a partir do ciclo de investimentos de 1995-97. Os dados indicam que a RMSP continuará a perder participação relativa, embora o porte e a sofisticação da indústria metropolitana venham sempre a lhe assegurar papel relevante na área.

Cabe destacar que o debate brasileiro sobre economia regional tem discutido há bastante tempo esses processos de desconcentração industrial ocorridos na RMSP. Sobressaem três grandes linhas explicativas para o fenômeno:

i) A desconcentração demográfica e industrial experimentada pela RMSP é episódica, refletindo principalmente um certo padrão "artificial" de crescimento da economia brasileira. O uso de incentivos fiscais e outras políticas regionais promoveu essa desconcentração, e no contexto da Terceira Revolução Industrial, baseada na microeletrônica e nos computadores, haveria tendência a reconcentração das atividades produtivas na metrópole de forma a obter maior proximidade com os centros de pesquisa e universidades e maior concentração de trabalho altamente qualificado (Cano, 1995).

(14) A Fiat de Minas Gerais, empresa mais avançada neste processo, instituiu com o apoio do governo estadual uma política de "mineirização" de seus fornecedores, tendo em vista essas novas exigências do processo produtivo.

Tabela 3

Investimento em novas fábricas automobilísticas

Brasil

1996-98

Empresas	Cidade/UF	Produto	Investi- mento (em US\$ milhões)	Capaci- dade (em mil unid.)	Fase em dez./98 ¹
Investimento realizado até dezembro de 1998					
Fiat	Belo Horizonte/MG	Comerciais leves	240	45	Pronta
Honda	Sumaré/SP	Automóveis	150	30	Pronta
Chrysler	Campo Largo/PR	Comerciais leves	315	15	Pronta
Mercedes-Benz	Juiz de Fora/MG	Automóveis	820	50	Testes
Renault	São J. dos Pinhais/PR	Automóveis	1.000	120	Pronta
Toyota	Indaiatuba/SP	Automóveis	150	30	Pronta
Volkswagen	São Carlos/SP	Motores	270	-	Pronta
Volkswagen	Resende/RJ	Caminhões	250	-	Pronta
Volkswagen/Audi	São J. dos Pinhais/PR	Automóveis	750	168	Pronta
Land Rover	São Bernardo/SP	Comerciais leves	150	1,5	Pronta
Navistar	Caxias do Sul/RS	Caminhões	200	1,2	Pronta
Mitsubishi	Catalão/GO	Comerciais leves	35	30	Pronta
Total			4.330	490,7	
Investimento previsto ou em realização					
Ford	Camaçari/BA	ND	700	ND	Terraplan.
GM	Mogi das Cruzes/SP	Componentes	150	-	Acabamento
GM	Gravataí/RS	Automóveis	600	150	Estruturas
Renault	São J. dos Pinhais/PR	Motores	500	-	ND
Iveco/Fiat	Sete Lagoas/MG	Comerciais leves	240	12	ND
Volvo	Curitiba/PR	Motores e cabines	90	-	ND
Hyundai	Simões Filho/BA	Comerciais leves	286	30	Parado
Kia	Itu/SP	Caminhões	42	10	Parado
Peugeot/Citroen	Porto Real/RJ	Automóveis	600	100	ND
Chrysler/BMW	Campo Largo/PR	Motores	500	-	ND
Fiat	Betim/MG	Motores	500	-	Terraplan.
Total			4.208	302	

Fonte: *Anuário Estatístico da Anfavea*, 1998.(1) Segundo a revista *América Economia* (22/10/98, p. 33) e Anfavea.

Nota: ND - dado não disponível.

ii) O fenômeno de desconcentração tem raízes demográficas e econômicas mais fundas, refletindo novas formas de organização das economias mundial e brasileira na direção da desindustrialização (Gunn, 1995). De acordo com os argumentos levantados por essa perspectiva, haveria um risco de a cidade retroceder à condição de metrópole adminis-

trativa e de negócios, típica da periferia capitalista, repetindo a tendência experimentada pelo Rio de Janeiro a partir da década de 1950.

iii) A desconcentração produtiva estaria refletindo a criação de uma cidade com capacidade de comando regional: a RMSP estaria perdendo indústrias mas concentrando serviços produtivos e financeiros, assim como as sedes das mais importantes empresas regionais (Azzoni, 1985 e 1995; Lencioni, 1994).

Esta última linha de interpretação da desconcentração industrial apresenta importantes paralelos com a literatura internacional sobre reestruturação urbana. A hipótese de "desconcentração concentrada" lançada por Azzoni (1985), por exemplo, tem grandes similaridades com a descrição da transformação de grandes centros industriais em financeiros e de serviços feita pela literatura internacional (Sassen, 1991; Friedman, 1995). Do ponto de vista dessa literatura internacional, é verdade que Nova York e Londres (mas não Los Angeles) apresentaram perda significativa na produção e nos empregos industriais (Soja, 1992b; Drennan, 1992). Tanto no caso dessas cidades quanto no da RMSP é provável que fatores locacionais clássicos tais como o preço da terra e o custo de mão-de-obra, bem como outras deseconomias de escala derivadas do tráfego pesado, do alto nível de poluição etc., tenham induzido à desconcentração industrial (Drennan, 1992).

No entanto, há especificidades que merecem ser consideradas. A rigor, cidades com funções globais não necessariamente são incompatíveis com perfis industriais, principalmente em indústrias de ponta e alta tecnologia, que requerem padrões espaciais mais concentrados (Soja, 1992b; Pacheco, 1996). A desconcentração industrial no Brasil foi também facilitada por fatores como a melhora da infra-estrutura de transportes e energia em todo o país e agressivas políticas estaduais de desenvolvimento industrial. Em outras palavras, a desconcentração industrial em relação à RMSP, apesar de estabelecer um outro paralelo importante entre São Paulo e as cidades globais, não deve necessariamente ser explicada a partir da lógica produtiva presente naquelas cidades.

O mercado de trabalho

Nos anos 1980 a desconcentração industrial progrediu sob condições de extrema instabilidade econômica, com inflação alta e lento crescimento da economia como um todo. A crise alcançou São Paulo de forma muito intensa. Estimativas têm mostrado que o PIB da RMSP teria caído em termos reais de US\$ 92 bilhões em 1980 para US\$ 85 bilhões em 1990. Como a população esteve crescendo a uma taxa de 1,8% ao ano, o PIB *per capita* caiu 27% (Azzoni e outros, 1993). Apenas a recuperação proporcionada pelo Plano Real, entre 1994 e 1997, parece ter sustado o quadro de deterioração do nível de renda. O biênio 1998-99, no entanto, recolocou o problema.

No mercado de trabalho, o resultado agregado da desconcentração industrial e da crise econômica parece ter sido complexo. De um lado, a RMSP experimentou uma mudança estrutural em seu mercado de trabalho, com redução da participação do setor industrial no emprego total e aumento do emprego nos serviços (*tabela 4*). De fato, os dados sobre o mercado de trabalho na RMSP apontam queda da participação da indústria no emprego total entre 1976 e 1995 (de 39,5% para 24,1%). Entretanto, essa queda não ocorreu no estado como um todo, já que a participação estadual aumentou entre 1971 e 1986 de 15,5% para 24%. De qualquer forma, a partir de 1990 a participação dos empregos industriais caiu também no interior.

Tabela 4

Distribuição da PEA, por setores de atividade
RMSP e interior do estado de São Paulo
1971-1995

Anos	RMSP				Interior de São Paulo			
	Agricul- tura	Indús- tria	Comér- cio e serviços	Cons- trução civil	Agricul- tura	Indús- tria	Comér- cio e serviços	Cons- trução civil
1971	1,5	35,8	56,6	6,1	36,6	15,5	42,7	5,3
1976	0,9	39,5	53,3	6,8	28,7	19,8	43,4	8,0
1981	0,8	35,8	56,5	6,9	21,3	22,5	48,3	7,9
1986	0,5	36,4	57,3	5,8	17,2	24,0	51,7	7,1
1990	0,4	32,1	61,3	6,2	13,8	23,3	55,8	7,1
1995	1,6	24,1	67,9	6,4	15,0	18,8	59,1	7,1

Fonte: IBGE (PNADs); Costa, 1994.

A dinâmica do emprego em São Paulo (*tabela 5*) permite dividir o período em questão em três momentos: 1971-86, 1986-90 e 1990-95. Entre 1971 e 1986 a participação da indústria na PEA da RMSP se manteve em torno de 35%, chegando a quase 40% na segunda metade dos anos 1970, enquanto no interior do estado passou de menos de 15% no início dos anos 1970 para quase 24% em 1986. Entre 1986 e 1990 a participação da indústria no emprego metropolitano caiu significativamente, passando de 36% para 31%, enquanto no interior se manteve constante, em torno de 23%. Finalmente, entre 1990 e 1995 a participação da indústria caiu em ambas as áreas, com queda maior na RMSP¹⁵.

O que ocorreu no mercado de trabalho em ambas as áreas entre 1971 e 1986 parece ter sido principalmente a consequência do processo de desconcentração industrial: o interior ganhou empregos industriais enquanto a RMSP os perdeu em termos relativos. O período 1990-95 seria mais bem

(15) A Pesquisa de Condições de Vida da Fundação Seade indica que em 1994 a indústria respondia por 22,4% do total dos ocupados nos municípios com mais de 80 mil habitantes do interior do estado de São Paulo, e que em 1998 este percentual seria de 21,8%. Em outras palavras, nas maiores cidades do interior paulista não parece ter havido queda no emprego industrial no período recente.

descrito como um momento de reestruturação industrial, pois a participação da indústria na PEA caiu em ambas as regiões. A partir desse último ano, ao menos na RMSP, as tendências de queda dos empregos industriais e de elevação dos empregos nos serviços e no comércio não apenas permaneceram, como se aprofundaram. A reestruturação parece indicar, assim, que o crescimento da produção industrial está se tornando mais e mais independente do crescimento do emprego industrial. Enquanto no período 1985-97 o PIB industrial brasileiro cresceu cerca de 30%, segundo o IBGE, o número de pessoas empregadas na indústria na RMSP caiu algo em torno de 15%. Mais recentemente, mesmo em períodos de crescimento da produção industrial, como em 1993-96, o número de empregados na indústria continuou a cair.

No caso da RMSP, esta tendência de perda de empregos industriais parece ter continuado na segunda metade da década de 1990 (tabela 5). Enquanto o emprego em geral cresceu cerca de 10% entre 1989 e 1999, o emprego industrial caiu 32%, sendo que apenas em 1994 e 1995 ocorreu aumento relativo das ocupações na indústria, que voltaram a cair a partir de 1996. Enquanto isso, os empregos no comércio aumentaram entre 1989 e 1997 cerca de 40%, decaindo em seguida. O nível de atividade no setor de serviços se elevou de maneira quase contínua no período, alcançando em 1999 um patamar 38% superior ao de 1989. Infelizmente, não dispomos de informações comparáveis para o restante do estado.

Tabela 5

Evolução dos índices de ocupação, por setores de atividade

RMSP

1989-99

Anos ¹	Total	Média de 1985 = 100			
		Setores de atividade			
		Indústria	Comércio	Serviços	Outros
1989	112,0	110,2	112,1	116,5	101,7
1990	114,3	114,2	125,0	115,8	97,4
1991	115,0	100,2	133,2	126,5	96,3
1992	115,8	96,3	136,5	130,2	97,0
1993	119,4	90,9	138,2	140,9	102,9
1994	119,9	93,4	143,0	137,7	105,3
1995	127,5	99,4	153,9	147,4	106,8
1996	126,4	90,8	153,5	149,9	112,8
1997	129,0	87,5	156,6	155,1	121,4
1998	126,9	77,1	152,2	160,7	118,4
1999	125,2	74,6	147,6	160,1	118,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego Seade-Dieese, 1999.

(1) Referem-se ao mês de março.

REFERÊNCIAS

Abu-Lughod, Janet. *Before European hegemony: the world system*. Nova York: Oxford University Press, 1989.

_____. "Comparing Chicago, New York and Los Angeles: testing the world cities hypothesis". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Andrade, Maria, Cunha, Luís e Vieira, José. *Evolução do mercado de alumínio*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998 (série Perfis Setoriais).

Andrade, Maria e outros. *Setor siderúrgico no Brasil e no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997 (série Perfis Setoriais).

Araújo, Maria de F., Diniz Filho, Luís e Bessa, Wagner. "O terciário metropolitano". In: Fundação Seade (org.). *São Paulo no limiar do século XXI* (vol. 6). São Paulo, 1993.

Arrighi, Giovanni. *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. Londres: Verso, 1994.

Azzoni, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: tese de livre docência, Fipe-USP, 1985.

_____. *O novo endereço da indústria paulista*, 1987 (mimeo).

_____. "Formação sócio-espacial metropolitana: novas tendências ou novas evidências?" In: Gonçalves, Maria (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

_____. e outros. "Como está a produção paulista? Alguns indicadores econômicos". In: Azzoni, Carlos R. (org.). *Como está São Paulo: as pessoas, a produção, os municípios e o meio ambiente*. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Gestão, 1993.

Benko, Georges e Lipietz, Alain. *Les régions qui gagnent: districts et réseaux— les nouveaux paradigmes de la géographie économique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

Bercovich, Alicia, Madeira, Felícia e Torres, Haroldo. "Descontinuidades demográficas". In: Fundação Seade (org.). *20 anos no ano 2000: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo, 1998.

Bógus, Lúcia e Ribeiro, Luís C. (orgs.). *Cadernos Metrópole* ("Desigualdade e governança"). São Paulo: Educ/Fapesp/Pronex-CNPq, n° 1, 1999.

Em síntese, no estado de São Paulo a queda da participação da indústria no emprego antes de 1990 parece ter sido um fenômeno restrito à RMSP. Esse declínio foi motivado sobretudo por processos de longo alcance, provavelmente derivados não apenas da dinâmica de desconcentração industrial, mas também da forte tendência à modernização industrial, em que passam a prevalecer elementos como novas práticas gerenciais (terceirização, *just-in-time*, sistema de qualidade etc.) e automação das linhas de produção.

A perda de empregos industriais é um dos atributos mais frequentemente identificados como característica universal das cidades globais, mas não necessariamente restrito a elas. Metrôpoles industriais como Manchester e Detroit sofreram forte perda do emprego, enquanto cidades como Los Angeles apresentaram crescimento no emprego industrial (Soja, 1992b). A rigor, é o crescimento do emprego no setor de serviços na RMSP que mais claramente nos permitiria associá-la aos principais centros de decisão do mundo dos negócios. Infelizmente, os dados disponíveis tornam complexa a identificação do crescimento do emprego nos chamados serviços modernos (*marketing*, finanças, informática e outros serviços de apoio à produção), típicos dessas localidades.

Vale ressaltar a possibilidade de que a grave e continuada crise econômica do período 1981 a 1993 também tenha influenciado tal dinâmica. Entre 1985 e 1994 o país experimentou seis planos de estabilização e alguns episódios de hiperinflação (incluindo uma inflação de mais de 1.000% ao ano em 1989). Conseqüentemente — e a despeito dos fatores estruturais —, a taxa de desemprego apresentou uma elevação dramática e o número total de trabalhadores desempregados aumentou em 110% entre 1985 e 1998 (*tabela 6*). É de se esperar que a evolução do emprego industrial e nos serviços (que englobam grande parte do setor informal) tenha sido afetada por esta dinâmica.

Nos últimos treze anos, de fato, enquanto a PEA apresentou um crescimento absoluto de cerca de 2,4 milhões, o número de desempregados cresceu 800 mil. Cabe destacar que a PEA cresceu 37,8% entre 1985 e 1998, enquanto a população da RMSP cresceu menos de 20% no período. Desta forma, o forte crescimento do desemprego em São Paulo tem a ver não apenas com a modernização produtiva, a desconcentração industrial e a crise econômica, mas também com fatores sociodemográficos específicos, como a expressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho e o significativo aumento da proporção de jovens na população total da RMSP na segunda metade da década de 1990 (Bercovich, Madeira e Torres, 1998).

De todo modo, é inegável reconhecer que o desemprego apresentou crescimento dramático. Entre 1985 e 1998 o aumento do número de desempregados correspondeu a aproximadamente 40% dos novos trabalhadores que entraram no mercado de trabalho, o que é um indicador muito evidente da dificuldade do mercado de trabalho da RMSP em absorver novos trabalhadores (*tabela 6*).

Bógus, Lúcia e Taschner, Suzana. "São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, 1999.

Bullard, Richard e outros. *Residential apartheid: the American legacy*. Caas Publications, 1994.

Caldeira, Teresa. "Building up walls: the new pattern of spatial segregation in São Paulo". *International Social Sciences Journal*, 48(147), 1996.

Cano, Wilson. "Algumas implicações espaciais da Terceira Revolução Industrial no Brasil". In: Gonçalves, Maria (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

Carnoy, Martin e outros. *The new global economy in the informational age: reflections on our changing world*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1994.

Castells, Manuel. *The informational city: information, technology, economic restructuring and the urban-regional process*. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

_____. *The rise of the network society. The informational age: economy, society and culture* (vol. 1). Cambridge: Basil Blackwell, 1996.

_____. e Borja, Jordi. "As cidades como atores políticos". *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 45, julho de 1996.

Cepal. *La inversión extranjera en América Latina e Caribe*. Santiago do Chile, 1998.

Chase-Dun, Christopher. "The system of world cities". In: Timberlake, Michael (org.). *Urbanization in the world-economy*. Orlando: Academic Press, 1985.

Compans, Rose. "O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, 1999.

Costa, Leticia. "População e trabalho: uma análise demográfica do estado de São Paulo — 1971-1990". *Informe Demográfico*, nº 28, 1994.

Davis, Mike. *A cidade de Quartz: escavando o futuro em Los Angeles*. São Paulo: Scritta, 1993.

_____. "Fortress Los Angeles: the militarization of the urban space". In: Sorkin, Michael (org.). *Variations on a theme park: the new American city and the end of the public space*. Nova York: Hill and Wang, 1992.

Tabela 6

Evolução da taxa de desemprego e número relativo de ativos,
empregados e desempregados

RMSP
1985-98

Anos ¹	Taxa de desemprego (%)	Números relativos (média de 1985 = 100)		
		Ativos	Empregados	Desempregados
1985	13,5	100,5	99,3	108,3
1986	10,3	104,4	107,0	85,8
1987	9,4	106,3	110,1	79,8
1988	10,1	108,4	111,4	87,4
1989	9,7	113,2	116,9	87,7
1990	12,1	112,7	113,3	109,0
1991	13,0	118,9	118,2	123,4
1992	16,2	122,3	117,2	158,3
1993	15,4	125,3	121,1	154,0
1994	15,2	125,4	121,6	152,2
1995	13,2	130,5	129,5	137,5
1996	16,2	134,7	129,0	174,3
1997	16,0	137,3	131,8	175,4
1998	19,0	137,9	127,6	209,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego Seade-Dieese.

(1) Referem-se a junho.

Tabela 7

Evolução do emprego, por posição do trabalhador

RMSP
1985-98

Anos ¹	(Média de 1985 = 100)			
	Setor privado		Setor público	Autônomos
	Com carteira	Sem carteira		
1985	99,2	98,0	98,6	97,0
1986	107,9	116,0	107,4	105,9
1987	113,4	114,0	103,7	116,2
1988	113,9	118,0	111,8	108,9
1989	116,0	137,9	119,6	124,1
1990	117,7	103,5	120,5	116,6
1991	110,3	141,0	116,3	140,4
1992	105,0	129,8	128,4	144,5
1993	104,6	144,5	141,2	147,8
1994	106,2	149,6	128,2	144,4
1995	111,6	175,0	124,7	158,1
1996	105,9	175,9	117,8	170,3
1997	102,6	198,9	110,9	180,9
1998	102,1	187,9	113,8	168,4

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego Seade-Dieese, 1997.

(1) Referem-se a junho.

Diniz, Campolina. "Polygonized development in Brazil: neither decentralization nor continued polarization". *International Journal of Urban and Regional Research*, 18(2), 1994.

_____. e Crocco, Marco A. "O novo mapa da indústria brasileira: aglomeração de indústrias relevantes". In: *Anais...* (vol. 2). VII Encontro Sobre Economia Mineira. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1995.

Drennan, Mathew. "The decline and rise of New York economy". In: Mollenkopf, John e Castells, Manuel (orgs.). *Dual city: restructuring New York*. Nova York: Russell Sage, 1992.

Emirbayer, Mustafa. *Manifesto for relational sociology*. Nova York: New School of Social Research, 1996 (mimeo).

Fainstein, Susan. *The city builders: property, politics and planning in London and New York*. Cambridge: Basil Blackwell, 1994.

Feagin, John e Smith, Peter. "Cities and the new international division of labor: an overview". In: Smith, Michael e Feagin, John (orgs.). *The capitalist city*. Cambridge: Basil Blackwell, 1987.

Featherstone, Mike. *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. Londres: Sage, 1990.

Fitch, Bob. *The assassination of New York*. Nova York: Verso, 1993.

Friedmann, John. "The world cities hypothesis". *Development and Change*, nº 4, 1995.

_____. "Where we stand: a decade of world city research". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Giddens, Anthony. *The constitution of society: outline of a theory of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.

Godfrey, Brian e Zhou, Yu. "Ranking world cities: multinational corporations and the global urban hierarchy". *Urban Geography*, 20(3), 1999.

Graham, Stephen e Marvin, Simon. *Telecommunications and the city: electronic spaces, urban places*. Londres: Routledge, 1996.

Grasfoguel, Ramón. "Global logics in the Caribbean city system: the case of Miami". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

No debate internacional há ainda um outro elemento importante relacionado ao mercado de trabalho metropolitano: a chamada "precarização". Nesse aspecto, o número de trabalhadores empregados com carteira assinada (no setor privado) cresceu somente 2,1% entre 1985 e 1998 na RMSP, enquanto o contingente de trabalhadores sem carteira aumentou 87,9% e o de autônomos 68,4%. Assim, não apenas a taxa de desemprego cresceu muito, mas também as condições de inserção no mercado de trabalho — em termos de segurança e benefícios sociais — pioraram marcadamente (tabela 7).

Enquanto o total de trabalhadores cresceu 37,9% entre 1985 e 1998, o número de registros de carteira assinada do setor privado cresceu somente 2,1%. Esse dado é provavelmente o principal indicador do agravamento das condições do mercado de trabalho na RMSP. Quase todos os novos empregos criados no período (1,6 milhão) eram sem registro ou autônomos, com uma pequena participação do setor público na oferta de empregos, a qual, porém, sofreu redução a partir de 1994, devida à política de ajuste do Estado implementada pelos governos estadual e federal e às privatizações.

Em resumo, tanto os processos de desconcentração e modernização industrial quanto a crise econômica parecem ter contribuído para a transformação da RMSP. Na década de 1970 tínhamos um grande centro industrial, com uma pujante classe trabalhadora, elevadas taxas de migração e forte dinamismo no mercado de trabalho. Na década de 1990 o emprego e as atividades industriais perderam participação e assistiu-se a um crescimento do setor de serviços. A taxa de desemprego também cresceu e observou-se acentuada precarização das condições de trabalho. É evidente que muitos desses conteúdos são similares aos presentes na literatura internacional que descreve o mercado de trabalho de cidades globais como Londres e Nova York. No entanto, os mecanismos que produziram estes efeitos nem sempre têm a mesma natureza.

As atividades de comando de negócios

A existência de uma rede de grandes cidades conectadas mundialmente é fenômeno relativamente antigo e conhecido, como já discutimos. Segundo a literatura internacional, uma das mais importantes características distintivas do período atual de transformações seria a alta concentração de atividades de comando, especialmente de negócios, assim como de serviços de alta complexidade orientados a empresas nos nós centrais do sistema mundial. Cabe advertir porém que em se tratando de cidades localizadas em países periféricos essas atividades de comando tendem a ter dimensão apenas nacional ou regional e de conexão com as principais empresas dos países centrais. Observemos algumas informações sobre São Paulo nesse contexto.

Gunn, Philip. "Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles?" In: Gonçalves, Maria (org.). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

Harris, Richard. "The geography of employment and residence in New York since 1950". In: Mollenkopf, John e Castells, Manuel (orgs.). *Dual city: restructuring New York*. Nova York: Russell Sage, 1992.

Judd, Dennis. "The rise of the new walled cities". In: Liggett, Helen e Perry, David (orgs.). *Spatial practices: critical explorations in social/spatial theory*. Londres: Sage, 1995.

Keeling, David. "Transport and the world city paradigm". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Kim, Kyungmo e Barnett, George. "The determinants of international news flow: a network analysis". *Communication Research*, 23(3), 1996.

Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Lavinas, Lena e Nabuco, Maria R. "Economic crisis and tertiarization in Brazil's metropolitan labour market". *International Journal of Urban and Regional Planning*, 19(3), 1995.

Leborgne, Danielle e Lipietz, Alain. "Flexibilidade defensiva e ofensiva: o desafio das novas tecnologias e da competição mundial". In: Preteceille, Edmond e Valladares, Lúcia (orgs.). *Reestruturação urbana: tendência e desafios*. Rio de Janeiro: Nobel/Iuperj, 1990.

Lencioni, Sandra. "Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada". In: Santos, Milton, Souza, Maria A. de e Silveira, Maria L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

Logan, John. "Still a global City: the racial and ethnic segmentation of New York". In: Marcuse, Peter e Kenpen, Robert (orgs.). *The partitioned city*. Nova York: Russell Sage, 1997.

Macedo, Ângela e outros. *Papel e celulose*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998 (série Perfis Setoriais).

Mann, Michael. "National States in Europe and other continents: diversifying, developing, not dying". *Daedalus*, 122(3), 1993.

A desconcentração industrial não significou que São Paulo tenha perdido sua capacidade de polarização do processo econômico, pois conseguiu manter as sedes e atividades de comando das grandes corporações. As informações existentes indicam que, embora o estado tenha perdido algumas sedes de empresas entre 1984 e 1994 em números absolutos, aumentou a participação das empresas brasileiras com sede em São Paulo no faturamento total (*tabela 8*)¹⁶. A participação da cidade do Rio de Janeiro e de Brasília é explicada pela localização das sedes de grandes empresas estatais, que atraem suas congêneres privadas (por exemplo, a sede da Petrobrás no Rio de Janeiro leva a uma concentração de indústrias petroquímicas naquela cidade). Entretanto, com as políticas de privatização e redução do Estado implementadas pelo governo federal é provável que diminua o papel dessas cidades nas atividades de comando da economia brasileira.

(16) Infelizmente, nesse caso as informações são organizadas por estados, e não por cidades.

Tabela 8

Distribuição das duzentas maiores empresas brasileiras não-financeiras, segundo localização da sede, por faturamento e número de empresas
Unidades da Federação
1984-1994

Unidades da Federação	Faturamento		Em porcentagem Número de empresas	
	1984	1994	1984	1994
São Paulo	32,9	39,2	52,0	42,5
Rio de Janeiro	33,4	31,7	20,0	16,0
Rio Grande do Sul	3,9	3,3	6,5	6,5
Minas Gerais	4,3	9,0	4,0	8,5
Paraná	1,1	3,0	2,5	5,0
Bahia	1,3	3,7	2,5	6,0
Brasília	1,7	3,1	2,5	6,0
Santa Catarina	2,0	3,1	3,0	4,0
Outros	19,4	3,9	7,0	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *Gazeta Mercantil—Maiores e melhores*, 1985 e 1995.

Em termos gerais, a RMSP tem sido também a localização preferencial das sedes de empresas estrangeiras no Brasil. O total de capital estrangeiro no país em 1995 chegava a US\$ 98,8 bilhões, ou quase 15% do PIB (Presidência da República, 1996). Como vimos anteriormente, o investimento estrangeiro foi muito significativo nos últimos anos, implicando provável aumento desta participação. O grupo mais importante dessas

empresas era o norte-americano, com 36,6% do total. Uma importante evidência da centralidade de São Paulo é o dado de que, em 1996, 61,2% das empresas norte-americanas tinham como sede a RMSP, participação que não se alterou substancialmente desde 1975 (*tabela 9*).

Tabela 9

Distribuição da localização das sedes de empresas norte-americanas

Estados e regiões

1975-1996

Estados e regiões	Em porcentagem		
	Distribuição das sedes		
	1975	1986	1996
RMSP	58,0	60,2	61,2
Interior do estado de São Paulo	3,3	4,8	8,6
Rio de Janeiro	31,9	26,6	20,5
Minas Gerais	0,7	1,6	1,2
Rio Grande do Sul	0,9	1,4	2,0
Outros	5,3	5,4	6,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Directory of American Firms Operating in Foreign Countries.

Há evidências de que os mercados financeiros também têm tendido a se concentrar em São Paulo, embora a informação histórica existente não seja tão confiável em razão da alta inflação e das modificações na regulamentação dos bancos feitas pelo governo federal no final dos anos 1980 (Araújo, Diniz Filho e Bessa, 1993). Alguns dos chamados bancos de investimento (especializados em operações financeiras sofisticadas, especialmente no mercado de capitais) se localizam no Rio de Janeiro, mas as sedes dos chamados bancos comerciais (com grande número de agências e depósitos) são altamente concentradas em São Paulo (Gunn, 1995). A distribuição das agências bancárias, um indicador dos fluxos financeiros da economia local assim como de sua ligação com as economias nacional e internacional, confirma a centralidade da cidade. Como podemos ver na *tabela 10*, em 1992 São Paulo tinha quase o dobro das agências que a cidade do Rio de Janeiro e cinco vezes mais que Belo Horizonte.

Os fluxos de transporte acentuam ainda mais a centralidade de São Paulo como cidade de comando e de produção. Como se observa na *tabela 10*, em 1992 a cidade concentrava cerca de um terço dos fluxos aéreos domésticos de passageiros e mais de dois terços dos internacionais. A cidade do Rio de Janeiro aparecia como segunda mais importante, concentrando um volume quase três vezes maior do que Belo Horizonte.

Markussen, Ann, Hall, Peter e Glasmeier, Amy. *High tech America: the what, how, where and why of the sunrise industries*. Boston: Allen and Unwin, 1986.

Martine, George. "Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola". In: Martine, George e Garcia, Renato C. *Impactos sociais da modernização da agricultura*. São Paulo: Caetés, 1987.

_____. *Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Brasília: ISPN, 1992.

Massey, Doreen e Denton, Nancy. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

Mollenkopf, John. *The contested City*. Princeton: Princeton University Press, 1983.

_____. *A Phoenix in the ashes: The rise and fall of the Koch coalition in New York City politics*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

_____. e Castells, Manuel (orgs.). *The dual City: restructuring New York*. Nova York: Russell Sage, 1991.

Montenegro, Ricardo e Monteiro Filha, Dulce. *Complexo químico*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997 (série Perfis Setoriais).

Negri, Barjas e Pacheco, Carlos. "Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista". *Espaço & Debates*, n° 38, 1994.

Nijman, J. "Breaking the rules: Miami in the urban hierarchy". *Urban Geography*, 17(1), 1996.

Pacheco, Carlos. "Dinâmica econômica regional dos anos 80: notas para uma discussão dos resultados do Censo de 91". *Anais...* (vol. 3). VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep, 1992.

_____. *A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. Campinas: tese de doutorado IE/Unicamp, 1996.

Piccioto, Sol. "The internationalization of the State". *Capitalism and Class*, n° 43, 1991.

Portes, Alejandro e Stepick, Alex. *City on the edge: the transformation of Miami*. Berkeley: University of California Press, 1993.

É importante observar que os fluxos de passageiros incluem tanto movimentos de negócios quanto de turismo. Por essa razão, outras cidades, inclusive as não discriminadas, apresentam proporções elevadas de fluxos. Já os fluxos internacionais, mesmo de passageiros, deixam claro o papel de São Paulo e do Rio de Janeiro como nós de conexão do Brasil com a América Latina e o resto do mundo, e a diferença entre os fluxos das duas cidades ressalta a importância muito maior de São Paulo. O fluxo de carga acentua ainda mais a tendência de centralidade da metrópole paulista.

Tabela 10

Agências bancárias e fluxo de transporte aéreo

Brasil

1992

Cidades	Agências bancárias	Transporte aéreo de passageiros (% do total do país)		Transporte aéreo de carga (% do total do país)	
		Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional
São Paulo	2.157	31,5	67,3	25,2	41,7
Rio de Janeiro	1.113	13,8	21,3	11,6	18,5
Belo Horizonte	407	5,3	0,5	1,9	1,2
Salvador	238	5,5	2,7	4,8	1,2
Porto Alegre	371	4,8	2,2	5,6	2,7
Campinas	26	0,9	0,0	9,2	29,0
Brasília	213	9,4	0,3	7,3	0,3
Manaus	67	2,6	0,4	10,1	2,1
Outras cidades	ND	38,2	5,3	24,3	4,3

Fonte: IBGE/Ipea/Nesur (projeto "Regiões de influência das cidades", 1993); IBGE (Deptº de Geografia).

Nota: ND - dado não disponível.

A informação relativa aos fluxos internacionais reforça a centralidade das duas principais cidades, mas nesse caso podemos observar uma elevada participação da cidade de Campinas (aeroporto de Viracopos), que supera o fluxo relacionado ao Rio de Janeiro, com 29% dos fluxos internacionais de carga aérea. Vale destacar também que cidades como Brasília, Salvador, Porto Alegre e principalmente Manaus apresentam razoável importância em relação aos fluxos domésticos de carga aérea, mas são de pequena expressão quando se observam os fluxos de carga internacional. As cidades de São Paulo e Campinas, juntas, movimentam mais de 70% da carga internacional aérea no país.

Presidência da República (Brasília). *Brasil, 1996: from reform to growth*. Brasília, 1996 (mimeo).

Preteceille, Edmond e Ribeiro, Luís C. "Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 1980". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(40), 1999.

Reich, Robert. *The work of the nations: preparing ourselves for the 21st century*. Nova York: Knopf, 1992.

Ribeiro, Luís C. "Rio de Janeiro: metrópole partida". *Novos Estudos*, nº 45, 1996.

_____, e Lago, Luciana. "Restructuring in large Brazilian cities: the centre/periphery model". *International Journal of Urban and Regional Research*, 19(3), 1995.

Rocha, Sônia. "Metropolitan poverty in Brazil: economic cycles, labor market and demographic trends". *International Journal of Urban and Regional Research*, 19(3), 1995.

Rodrigues, Denise. *Os novos investimentos no Brasil: Aspectos setoriais e regionais*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998 (série Perfis Setoriais).

Sanchez, Fernanda. "Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 1, 1999.

Santos, Ângela. *Complexo automotivo*. Rio de Janeiro: BNDES, 1998 (série Perfis Setoriais).

_____, e Pinhão, Caio. *Paranorama da indústria automobilística na América do Sul*. Rio de Janeiro: BNDES, 1997 (série Perfis Setoriais).

Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Educ, 1994.

Sassen, Saskia. *The informal economy in low-income communities*. Nova York: Columbia University, 1987 (mimeo).

_____. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

_____. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

De forma geral, essas evidências empíricas sustentam o argumento de que São Paulo, mesmo com menor produção industrial (em termos relativos), manteve a sua centralidade e capacidade de comando sobre a economia nacional nas últimas décadas, inclusive com o aumento da concentração de serviços produtivos e financeiros¹⁷. Essa também é a conclusão de muitos outros analistas (Azzoni, 1987; Santos, 1994; Diniz e Crocco, 1995). Assim, mesmo com a desconcentração industrial São Paulo continua a ser a principal metrópole nacional e o principal elo de ligação da economia brasileira com o restante do mundo. Contudo, precisamos explorar este argumento com cuidado. A primazia nacional não implica obrigatoriamente *status* de cidade global, que, se assim fosse, também deveria ser atribuído a Lima, Santiago, Bogotá, Caracas, São Domingos etc. — questão que discutiremos a seguir.

A abertura comercial e os fluxos econômicos

O início dos anos 1990 também trouxe importantes mudanças na economia brasileira com respeito à sua abertura. A agenda de livre-mercado adotada a partir da administração Collor levou, por exemplo, a uma redução das tarifas de comércio exterior brasileiras de uma média de 32% em 1989 para uma média de 14% em 1995 (Presidência da República, 1996). Essa redução gerou a intensificação das conexões da economia brasileira com os mercados estrangeiros, aumentando as importações em 180% e as exportações em 60% (*tabela 11*).

(17) As informações disponíveis nesse caso são escassas e dispersas, mas o mercado de publicidade, por exemplo, hoje altamente internacionalizado, se concentra em São Paulo: as quinze maiores empresas de publicidade instaladas no Brasil aí se localizam, tendo quase todas elas atuação em outros países da América do Sul (cf. *Gazeta Mercantil*, 07/06/99, p. C-8). Informações mais recentes sobre a distribuição do PIB regional confirmam essa hipótese. De acordo com dados produzidos recentemente pelo IBGE, "a participação de São Paulo no PIB da indústria de transformação do país caiu de 51,58% em 1985 para 43,97% em 1997. Essa queda, no entanto, foi altamente compensada pela participação nos serviços. [...] os serviços de intermediação financeira cresceram sua participação de 41,32% para 48,88%" (cf. *Gazeta Mercantil*, 22/02/2000, p. A-9).

Tabela 11
Comércio internacional e com o Mercosul
Brasil
1990-98

Anos	Comércio com países do Mercosul (US\$ bilhões)		Comércio internacional (US\$ bilhões)		Participação do Mercosul (%)	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
1990	1,32	2,32	31,41	20,66	4,20	11,23
1991	2,31	2,27	31,62	21,04	7,31	10,79
1992	4,10	2,25	35,86	20,55	11,43	10,95
1993	5,40	3,36	38,60	25,48	13,99	13,19
1994	5,92	4,02	43,54	33,10	13,60	12,15
1995	6,15	6,82	46,50	49,70	13,23	13,72
1996	7,31	8,27	47,75	53,3	15,31	15,60
1997	9,04	9,62	52,99	61,36	17,01	15,68
1998	8,88	9,42	51,12	57,55	17,37	16,37

Fonte: Ministério da Indústria e Comércio.

Ao mesmo tempo foi criado o Mercosul, com o que aumentou em quatro vezes o mercado regional em cinco anos. No curto período de 1990 a 1998 as exportações do Brasil para Argentina, Uruguai e Paraguai passaram de US\$ 1,32 bilhão para US\$ 8,88 bilhões, o que representou cerca de 17% de todas as exportações do país em 1998. A Bolívia e o Chile se associaram ao Mercosul em 1996, fortalecendo o bloco e abrindo uma porta para o Pacífico. Se esse processo continuar, em breve os países do Mercosul poderão se tornar os mais importantes parceiros comerciais do Brasil.

É importante observar que a conjuntura de crise da economia mundial em 1998 e 1999 tendeu a afetar o comércio no âmbito dos países do Mercosul. Contudo, projetos conjuntos nas áreas de energia e transportes estão se concretizando, como por exemplo o gasoduto Brasil-Bolívia. Empresas e fundos de pensão chilenos estão investindo nos processos de privatização no Brasil e na Argentina. Algumas das maiores empresas privadas brasileiras estão investindo na Argentina, em áreas como a bancária (Itaú), de bebidas (Brahma) e alimentos (Sadia). Grupos argentinos como o Bung and Born, YPF e Perez Companc estão fazendo significativos investimentos no Brasil nas áreas de agroindústria, petroquímica, energia e telefonia. Várias empresas multinacionais — como Fiat, Ford, GM, Ericsson, Du Pont, Cargill, Whirlpool, Monsanto, Nabisco etc. — passaram a adotar uma estratégia integrada para o Mercosul (Cepal, 1998). São Paulo tende a se tornar um dos locais preferenciais para a sede de empresas multinacionais para a América do Sul e mesmo para a América Latina, sobretudo em razão do peso relativo da economia brasileira¹⁸. De fato, em 1997 as vendas das cem maiores empresas multinacionais na América Latina atingiram US\$ 250 bilhões, das quais 39,4% foram feitas no Brasil, 24,3% no México e 22,7% na Argentina (Cepal, 1998).

Em outras palavras, dada a crescente internacionalização e integração das economias da América Latina, é provável que possamos começar a falar de novas centralidades urbanas em âmbito macrorregional. A competição pela centralidade entre cidades como São Paulo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Cidade do México e Miami vai depender principalmente das estratégias espaciais das grandes empresas multinacionais ao definirem os seus escritórios regionais, centros regionais para pesquisa e desenvolvimento e centros de produção¹⁹. Ao longo do processo, parece existir alguma margem de ação para as elites políticas e o poder público locais, embora nesse particular a situação de São Paulo não mereça destaque, visto que suas elites locais parecem não dispor de projetos de desenvolvimento nem de visão de conjunto para o papel da cidade nos contextos nacional e internacional²⁰.

A abertura comercial descrita acima ocorreu em um cenário de crescente abertura financeira. A partir de 1993 os investimentos externos nos mercados de capitais brasileiros cresceram de forma muito significativa. Em 1991 as bolsas brasileiras receberam aproximadamente US\$ 500 milhões em investimentos externos, e em 1997 esses investimentos alcan-

(18) Um exemplo disso é a recente decisão da Ford de criar uma divisão para a América do Sul com sede em São Bernardo do Campo. Essa decisão segue as estratégias anteriores da Volkswagen, com sede em São Paulo, e da Fiat, com sede em Belo Horizonte (cf. *Gazeta Mercantil*, 17/08/98, p. B-7). Existem, entretanto, contratendências, sendo Miami a mais forte competidora na localização de sedes para a América Latina. Um levantamento recente da Beacon Council, entidade que congrega 302 multinacionais norte-americanas, indicou que cerca de metade delas tem sua matriz para a América Latina em Miami (cf. *Gazeta Mercantil Latino-Americana*, 12/10/98).

(19) O mercado de trabalho brasileiro sempre foi mais polarizado do que o dos países desenvolvidos, o que é fartamente evidenciado pelos dados de distribuição de renda.

(20) A atual gestão municipal, risível com relação à gestão da cidade e às políticas sociais, tem ficado inteiramente a reboque de projetos privados de pequena ou nenhuma utilidade para a cidade e sua população, mas que prometem produzir algum impacto na mídia. Esse estilo foi inaugurado pelo prefeito anterior, que encampava projetos privados e criava os seus próprios fatos (e políticas) sem importância, enquanto a cidade se deteriorava e a dívida municipal explodia. A atual administração não consegue nem mesmo criar seus factóides, usando apenas os propostos pelo setor privado. Ao menos nessa categoria, se não em outra mais escandalosa, se classifica o projeto do grupo Brasilinvest de construir no centro de São Paulo o maior prédio do mundo, com 494 metros de altura e 103 andares, em associação com o Maharishi Global Development Fund. O projeto envolve investimentos internacionais de US\$ 1,65 bilhão e produziria uma área construída de 1,3 milhão m², totalmente dissociado de qualquer projeto de desenvolvimento econômico ou ocupação do território. São inúmeras as "vantagens" oferecidas pela prefeitura municipal, em especial a desapropriação de uma área correspondente a uma cidade em região totalmente coberta por infra-estrutura urbana. Do governo do estado, os incorporadores pedem nada menos que uma estação de metrô (cf. *Folha de S. Paulo*, 07/06/99).

çaram US\$ 32,2 bilhões (*tabela 12*). Em 1998, como efeito direto da crise internacional e dos seus rebatimentos na economia brasileira, o total de investimentos estrangeiros se reduziu para US\$ 21,9 bilhões e o saldo de entradas e saídas foi negativo pela primeira vez em sete anos, em cerca de US\$ 6,5 bilhões.

Tabela 12
Fluxo de investimentos estrangeiros e total anual negociado
nas bolsas de valores
Brasil
1991-98

Anos	Fluxo de investimentos estrangeiros	Em bilhões de US\$		
		Total negociado nas bolsas		
		Entrada	Saída	Saldo
1991	0,482	0,096	0,386	13,37
1992	2,966	1,6552	1,314	20,53
1993	14,614	9,136	5,478	57,41
1994	20,532	16,778	3,752	109,50
1995	22,026	21,498	0,528	79,19
1996	22,936	19,342	3,594	112,11
1997	32,192	30,577	1,615	203,26
1998	21,887	28,349	- 6,462	ND

Fonte: Comissão de Valores Mobiliários.
Nota: ND - dado não disponível.

Como consequência desse processo de crescimento acelerado dos volumes negociados nos anos 1990, o volume total de negócios das bolsas de valores brasileiras cresceu mais do que quinze vezes entre 1991 e 1997, passando de US\$ 13,4 bilhões para US\$ 203,2 bilhões, segundo a Comissão de Valores Mobiliários. A maior parte deste movimento (mais de 90%) está concentrada na bolsa de São Paulo. Até os anos 1980 as bolsas de São Paulo e do Rio de Janeiro competiam pela primeira posição no mercado nacional, mas a internacionalização do mercado contribuiu para tornar a bolsa paulista a maior do país. Hoje os valores médios diários nela negociados representam quarenta vezes os negociados na bolsa do Rio. A recente integração dessas bolsas comprova a hegemonia da Bovespa²¹. São Paulo tem também uma grande bolsa de mercadorias e futuros (BMF), a quarta maior do mundo, negociando milhares de contratos de câmbio, juros e *commodities*. Para efeito de comparação, observe-se que em 1997 as bolsas de valores da Argentina, do Chile e do México movimentaram respectiva-

_____. "On concentration and centrality in the global city". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Shatkin, Gavin. "Fourth World' cities in the global economy: the case of Phnom Penh, Cambodia". *International Journal of Urban and Regional Research*, 22(3), 1998.

Simon, David. "The world city hypothesis: reflections from the periphery". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.). *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Smith, David e Timberlake, Michael. "Conceptualizing and mapping the structure of the world system's city system". *Urban Studies*, 32(2), 1995.

____e White, Douglas. "Structure and dynamics of the global economy: network analysis of international trade — 1965-1980". *Social Forces*, 70(4), 1992.

Smith, Michael. *City, State and market: the political economy of urban society*. Cambridge: Basil Blackwell, 1988.

Soja, Edward. "Economic restructuring and the internationalization of the Los Angeles region". In: Smith, Michael e Feagin, John (orgs.). *The capitalist city*. Cambridge: Basil Blackwell, 1987.

_____. "Inside Exopolis — scenes from Orange County". In: Sorkin, Michael (org.). *Variations on a theme park: the new American city and the end of the public space*. Nova York: Hill and Wang, 1992a.

_____. "Poles apart: urban restructuring in New York and Los Angeles". In: Mollenkopf, John e Castells, Manuel (orgs.). *Dual city: restructuring New York*. Nova York: Russell Sage, 1992b.

_____. *Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Cambridge: Basil Blackwell, 1996.

(21) A bolsa do Rio ficou com o importante mercado de títulos públicos, e a Bovespa, com o mercado de ações. Esta divisão tem origem em uma decisão política.

mente US\$ 25,70, US\$ 7,45 e US\$ 52,65 bilhões, que correspondiam em conjunto a apenas 42,4% do movimento brasileiro.

Conclusão

Em síntese, tanto os dados relativos ao processo de integração das economias regionais como aos investimentos financeiros sugerem que São Paulo tem se destacado significativamente como cidade de comando na década de 1990. Os processos apresentados confirmam a importância do papel da cidade como conexão entre a economia brasileira e a economia mundial. No entanto, essas dinâmicas só se tornaram nítidas a partir da abertura da economia brasileira no início da década de 1990. A desconcentração da indústria e a precarização do mercado de trabalho paulista estavam presentes em diferentes graus desde os anos 1970 (no caso da desconcentração) e 1980 e pode-se creditá-las a fatores predominantemente nacionais ou locais. Apenas com a abertura comercial — ao se fortalecerem os vínculos entre a economia brasileira e a economia mundial — parecem emergir os mesmos tipos de condição que formam ou produzem outras cidades globais.

Embora os antigos mecanismos ainda estejam presentes, como mostra a intensa guerra fiscal entre estados ocorrida nos últimos anos, é provável que as transformações mais recentes no mercado de trabalho e nas atividades econômicas e, em especial, o novo ciclo de investimentos se devam à constituição desse novo cenário produtivo no país. Trata-se de uma economia mais internacionalizada e com um novo padrão locacional de atividades produtivas, em que São Paulo teria, aparentemente, papéis de comando mais intensos do que os cumpridos até então, mediante um aprofundamento do processo divisado por Azzoni (1985).

Esses processos têm produzido enormes impactos sociais no contexto da cidade de São Paulo. Entretanto, o debate local não os tem discutido profundamente, mesmo porque é pequena a atenção dedicada pela literatura sociológica a esses processos, analisados até agora quase que totalmente pelo ângulo da economia. É importante enfatizar que as consequências sociais da desconcentração e da reestruturação industrial são claramente negativas. A cidade e muitos de seus grupos sociais têm ficado mais pobres em termos relativos; os empregos industriais caíram significativamente, enquanto os outros setores da economia quase nunca foram capazes de criar empregos no mesmo ritmo, com a mesma qualidade e nos mesmos locais. Esses processos têm se refletido diretamente nos padrões de moradia e de condições de vida dos grupos sociais mais pobres, dando origem a novas formas de pobreza urbana impossíveis de caracterizar com as ferramentas de análise disponíveis no momento.

Ao mesmo tempo, a sofisticação do mercado financeiro e dos serviços produtivos parece estar consolidando um segmento de profissionais de alta

Sorkin, Michael (org.). *Variation on the theme park: the new American city and the end of public space*. Nova York: Hill and Wang, 1992.

Todd, Graham. "Going global" in the semi-periphery: world cities as political projects. The case of Toronto". In: Knox, Paul e Taylor, Peter (orgs.), *World cities in a world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Torres, Haroldo. "Indústria intensiva em recursos naturais". *São Paulo em Perspectiva* (no prelo), 1999.

UNFPA. *World Urbanization Prospects, 1994 Revision*. Nova York: ONU, 1994.

Vainer, Carlos B. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano*, 1999 (mimeo).

Wallerstein, Immanuel. *The capitalist world-economy: essays*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *After liberalism*. Nova York: The New Press, 1995.

Warf, B. e Erickson, R. "Introduction: globalization and the U.S. city system". *Urban Geography*, 17(1), 1996.

White, Harrison. *Identity and control: a structural theory of social action*. Princeton: Princeton University Press, 1992.

Wilson, William. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

qualificação e elevado rendimento também presente nas cidades globais, ampliando a antiga e recalcitrante polarização de nosso mercado de trabalho. Esses grupos sociais têm se encastelado em bairros fortificados como Alfaville e Tamboré, em um processo aparentemente similar ao presente nas cidades globais (Caldeira, 1996). Entretanto, uma análise mais detida desses padrões de moradia indica que a nova segregação socioespacial brasileira associa traços dos espaços de baixa densidade característicos da habitação de classe média dos "trinta anos gloriosos" do pós-guerra a elementos das "cidadelas urbanas" habitadas pelos indivíduos engajados no topo do mercado de trabalho das cidades globais (Sorkin, 1992; Davis, 1992; Sassen, 1991).

Assim, tanto do ponto de vista econômico quanto principalmente em relação à produção das cidades e às condições de vida dos seus grupos sociais, a compreensão das transformações recentes nos principais espaços metropolitanos do país depende da construção de um novo conjunto de ferramentas analíticas que leve em conta os processos globais, mas os associe às dinâmicas locais de forma conceitualmente sólida. Essa tarefa, necessariamente coletiva, ainda está por ser executada, mas nos parece que não pode prescindir de diálogos claros e diretos com a literatura internacional e a realidade das principais cidades do sistema mundial.

Recebido para publicação em
8 de setembro de 1999.

Eduardo Marques é doutor em
Ciências Sociais (IFCH/Unicamp) e pesquisador da Fapesp no Cebrap. Haroldo Torres é doutor em Ciências Sociais (IFCH/Unicamp), assessor da Fundação Seade e pesquisador do Cebrap.

**Novos Estudos
CEBRAP**

**N.º 56, março 2000
pp. 139-168**
